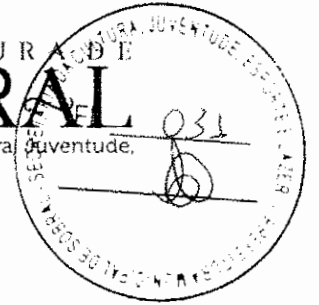




PREFEITURA DE
SOBRAL
Secretaria da Cultura, Juventude,
Esporte e Lazer



Estado do Ceará
Município de Sobral
Assessoria Jurídica da Secretaria de Cultura, Juventude,
Esporte e Lazer

PARECER JURÍDICO

PARECER ADMINISTRATIVO Nº.:070/2019.

PROCESSO Nº.: P074859/2019

**OBJETO: TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO
FINANCEIRO AOS GRUPOS DE QUADRILHA JUNINA
DE SOBRAL DE 2019.**

Cuidam os presentes autos de processo administrativo instaurado pela Secretaria da Cultura, Juventude, Esporte e Lazer através de sua Coordenação de Cultura, PROVENIENTE DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002-2019 DA SECJEL, que visa celebrar Termo de Concessão de Apoio Financeiro com as Associações habilitadas no processo seletivo acima citado, com o Município de Sobral.

O objetivo do processo seletivo é democratizar o acesso á cultura, sem nenhum beneficiamento direto, bem como fomentar as atividades tradicionais da região, como as festividades do São João que é uma festa tipicamente nordestina.

Outrossim, os autos encontram-se devidamente instruídos com a documentação necessária, bem como já passaram por todo processo de seleção (credenciamento) público Junto à Central de Licitação da Prefeitura de Sobral, Ceará, na qual verificou a habilitação jurídica das associações participantes, bem como os



projetos técnicos foram devidamente analisados e aprovados pela comissão técnica devidamente constituída para esse fim, e, ao final, segue-se, o presente processo para a celebração de mais uma formalidade prevista no edital citado, ou seja, a celebração do Termo de Concessão de apoio financeiro.

Assim, constata-se a presença de vários documentos das Entidades e também de pessoas físicas responsáveis por alguns grupos; neste caso do processo administrativo em si e do Sr. Cristiano Lisboa Mendes, representante legal do Grupo da Quadrilha Infantil Arraiá Terra da Luz;

1. Comunicado Interno;
2. Justificativas;
3. Minuta do Edital de Credenciamento e seus anexos;
4. Ata da Central de Licitação com os habilitados;
5. Ata da Comissão Técnica com os habilitados;
6. Documentação Jurídica, como certidões do FGTS; Dívida Ativa; Certidão Municipal; Certidão Estadual; Certidão Conjunta;
7. RG e CPF do responsável e comprovante de endereço;
8. Minuta do Termo de Concessão de Apoio Financeiro;
9. Edital;

É o breve relatório, passa-se à análise.

Ab initio, importa destacar que a Administração Pública rege-se pelos princípios expressos na Constituição Federal e na Legislação infraconstitucional correlata, figurando estes como diretrizes fundamentais que norteiam toda a conduta da Administração Pública.



Em vista disso, a Constituição Federal estabelece, em homenagem aos princípios suso referenciados, a obrigatoriedade de realização de licitação pelos órgãos e entidades do Poder Público, conforme previsão contida no inciso XXI, art. 37, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 37. *omissis*.

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifos nossos)

A licitação tem por escopo permitir que a Administração Pública contrate aqueles que apresentem as condições necessárias para o atendimento do interesse público, considerando-se os aspectos ligados à capacidade técnica, jurídica, econômico-financeira do interessado, assim como a qualidade do produto e ao valor do objeto.

Os princípios que regem a Administração impõem que suas obras, serviços, compras e alienações sejam contratadas mediante tal procedimento.



Sobre a matéria, o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou, indicando que:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso - o melhor negócio - e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. (...) Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração. (ADI 2.716, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 29-11-07, DJE de 7-3-08).

Nesta senda, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, também conhecida como o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, previu em seu bojo hipóteses de licitação dispensada (Art. 17), dispensável (Art. 24) e inexigível (art. 25).

Pois bem, como se trata de termo de Concessão de Apoio Financeiro oriundo de processo de credenciamento, bem como o mesmo se deu através da seleção democrática dos grupos culturais habilitados a receber os incentivos com valores já pré-estabelecidos pelo próprio edital, percebe-se que os grupos estão aptos a celebrar o



termo de concessão, pois obedeceram a todos os requisitos exigidos, obedecendo assim aos preceitos da inexigibilidade de licitações.

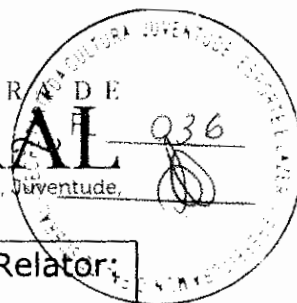
Por sua vez, as hipóteses de licitação inexigível encontram-se previstas no art. 25 do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos. Tratam-se de situações em que a disputa é impossível, ou seja, em razão do objeto a ser contratado o certame torna-se impossível, inviável. Sobre o tema, cabe trazer à colação o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), *in verbis*:

As hipóteses arroladas no art. 25 da Lei nº 8.666/1993 autorizam o gestor público, após comprovada a inviabilidade de competição, contratar diretamente o objeto da licitação.

É importante observar que o rol descrito no art. 25 da Lei nº 8.666/1993 apresenta elenco exemplificativo das situações de inexigibilidade de licitação."

(TCU. Manual de Licitações e Contratos: Jurisprudência e Orientações, p. 619) (grifos nossos)

"16. De acordo com a legislação citada acima, aplica-se, para a situação em análise, a Lei 8.666/1993, que, na cabeça do seu art. 25, traz a "inviabilidade de competição" como única condição para que se considere inexigível a licitação, considerando que **os incisos desse artigo contêm rol meramente exemplificativo.**"



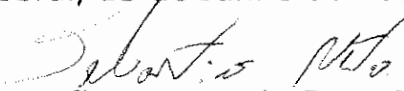
(TCU. Acórdão nº 648/2014 - Plenário. Relator:
Ministro José Múcio Monteiro) (grifos nossos)

Contudo, o rol de inexigibilidade previsto na lei 8.666/93 **não é taxativo**, sendo possível a configuração a inviabilidade da licitação em outros meios correspondentes.

Diante do exposto, considerando os fundamentos fáticos e jurídicos acima delineados, tendo como fundamento os termos do edital nº 002-2019 da SECJEL e em cotejo a documentação acostada aos autos em epígrafe, esta Assessoria Jurídica **OPINA FAVORAVELMENTE** pela possibilidade da **CELEBRAÇÃO DO TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO COM** a pessoa física o Sr. Cristiano Lisboa Mendes, portador do CPF nº 822.970963-72, representante da Quadrilha Junina Infantil Arraiá Terra da Luz, já bastamente qualificado nos autos do processo administrativo. Assim, encaminho o presente processo para Comissão Permanente de Licitação para os procedimentos legais e cabíveis ao presente caso.

Esse é o entendimento, salvo melhor juízo.

Sobral, 13 de Junho de 2019.


Sebastião Martins da Frota Neto
OAB/CE nº 24.704